



Veículo: O Liberal		
Data: 30/03/2018	Caderno: Atualidades	Página: 07
Assunto: Seminário		
Tipo: Notícia	Ação: Espontânea	Classificação: Neutra

Seminário faz uma nova lista de denúncias contra o aterro de Marituba

Da Redação

Novas denúncias foram feitas ontem sobre o aterro sanitário mantido pela empresa Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. em Marituba - que a população classifica de mero lixão. Os moradores, que agora já buscam soluções através de iniciativas acadêmicas para o problema, denunciaram documentações inválidas da empresa, ameaças a moradores e ativistas sociais, escavação de piscinas inadequadas de chorume, continuidade da poluição do igarapé do Uriboquinha (que deságua no rio Guamá), e a continuidade da poluição do ar.

As denúncias foram feitas durante o seminário "Lixão de Marituba: O que fazer?", realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA). Iniciativa do Observatório de Conflitos Urbanos de Belém, um projeto de extensão do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFPA, em parceria com o Fórum Permanente Fora Lixão, faltou espaço no auditório do Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas da universidade para tantas pessoas, entre moradores de Marituba, estudantes e professores. As vereadoras Marinor Brito e Sandra Chagas e a promotora de Justiça Marcela Ferreira de Melo também participaram.

Pela falta de uma solução metropolitana adequada, dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o encerramento das atividades do lixão ainda não é possível.

"Queremos reunir um grupo de pessoas que possa pensar numa solução. Se polui e fede, não é aterro. É lixão mesmo", disse o professor Rodrigo Peixoto, do PPGSA, um dos idealizadores do evento.

Júnior Vera Cruz, que faz parte do Fórum Permanente Fora Lixão, aponta que novas piscinas estão sendo cavadas, mas sem transparência sobre a legalidade da operação. Segundo ele, a Prefeitura de Marituba não renovou a certidão de anuência de ocupação de uso do solo porque o documento anterior não havia sido assinado pelo prefeito e sim por uma procuradora, que disse que o documento era falso.

As medidas tomadas em dezembro do ano passado pela Vara Criminal de Marituba, que bloqueou R\$ 54.587.000,00 da Guamá para reparação dos danos causados ao município não surtiram efeito, segundo as entidades. "A juíza Tarcila Maria de Souza diz que não pode determinar o fechamento do lixão porque não há outra opção. Como é uma empresa terceirizada, o poder público parece dizer que o problema não é dele. Tudo segue correndo por falta de opção e solução", concluiu Vera Cruz. No debate foram lembrados, ainda, a interceptação de conversas transcritas no texto da decisão da juíza sobre o bloqueio, planos excusos de diretores para enganar a Semas, as interferências do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e a prisão de gestores da empresa.

Em nota, a Semas informou que as mudanças na operação do lixão estão sendo feitas desde o início da intervenção, em 27 de abril de 2017 e que o bloqueio dos bens não está relacionado a essa medida. Também em nota, a Guamá reiterou que um



plano emergencial está sendo implantado e que laudos sobre a qualidade das águas superficiais e subterrâneas não evidenciaram qualquer contaminação. Segundo a empresa, também foi aumentada a capacidade de tratamento do chorume, com investimentos de R\$ 30 milhões, e não há nenhuma lagoa nova sendo aberta.

IVAN DUARTE / O LIBERAL



Rodrigo Peixoto: grupo de pessoas e uma solução